

ACTA 4/2008

Apresentado
em reunião com
24 membros do PSD, 1 do PS, 1 da
2 CDU em favoráveis
e 2 abstenções 1 do
PSD e 1 do PS

-- Aos trinta dias de Setembro do ano de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Quarta Sessão Ordinária do ano de dois mil e oito, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Projecto de Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura de Mafra; 3) Adesão do Município de Mafra à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo; 4) Participação Variável no IRS – Rendimentos de 2009; 5) Lançamento de Derrama para 2009; 6) Imposto Municipal sobre Imóveis para 2009; 7) Modificação aos Documentos Previsionais – 2.ª Revisão. ----

-- Passavam onze minutos das vinte e uma horas quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O senhor Presidente da Assembleia Municipal saudou a Câmara Municipal pela concretização de um conjunto de obras, entre as quais os parques urbanos, os complexos escolares e a requalificação da Foz do Lizandro. Passou a palavra ao senhor Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. -----

-- Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que decorreu, recentemente, uma reunião da Comissão de Acompanhamento do Ecoparque da Abrunheira. Disse ainda que é um investimento na ordem dos oitenta e seis milhões de euros. Acrescentou que estão na ordem do dia as novas competências na área da Educação, renovando os parabéns pelas iniciativas trazidas pelo Executivo Municipal na referida área. -----

-- Antes da Ordem do Dia, foram colocadas à votação duas actas, respectivamente a número dois de dois mil e oito e a número três de dois mil e oito. Não havendo intervenções, a primeira acta foi aprovada por unanimidade. Em relação à segunda acta, a mesma foi aprovada por maioria, com uma abstenção da CDU. Prosseguiu-se com o período antes da Ordem do Dia. -----

-- Tomou a palavra a senhora Cristina Loureiro que passou a ler um texto, o qual se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM, referente à inauguração de seis novos edifícios escolares. -----

-- O senhor José Bizarro Duarte referiu que "gostaria apenas de fazer uma breve nota sobre a criação da Associação de Freguesias do Município de Mafra. No último dia vinte e dois, teve lugar a eleição dos primeiros órgãos e eu quero felicitar todas as freguesias, as que aderiram e as que não aderiram, pela iniciativa que tiveram, pela capacidade de discussão e de debate que tiveram em torno da pertinência desta iniciativa e desta Associação. Em nome do Grupo Municipal do PSD, não podemos deixar de relevar as oportunidades que esta Associação traz: a partilha de recursos, de bens e de serviços, mas também a oportunidade na partilha de experiências, experiências essas que devem fomentar parcerias entre todas as freguesias. Será, obviamente, e isto foi muito discutido, uma oportunidade para captar, através de um maior volume dos projectos, recursos de maior dimensão para fazer face a carências transversais que o nosso Concelho tenha. O assumir de competências simplificará, também, a relação com os outros órgãos da política e com os restantes órgãos da Administração Pública. Não podemos deixar de evidenciar os riscos que esta Associação e que este projecto tem associado, como todos os projectos, os pontos críticos serão dois, é, no fundo, integrar as assimetrias que existem entre as freguesias, tipologias mais rurais ou com malhas urbanas mais intensas, este é um ponto delicado, mas julgo que o ponto essencial será a centralização de competências, que estará inerente à criação desta Associação de Freguesias, e o assumir de competências acrescido deverá não estar só na execução dos projectos, mas, essencialmente, na definição dos projectos. É aqui que os Presidentes de Junta e Juntas de Freguesia são essenciais, são o órgão do poder político que mais perto está dos cidadãos e esta Associação deve olhar para esta iniciativa com coragem e com capacidade de, essencialmente, abraçarem

a descentralização na definição dos projectos e depois, obviamente, na execução desses mesmos projectos. Este deverá ser um projecto crítico e conservador. Face aos riscos e face às oportunidades, acreditamos que, a breve e médio prazo, o tempo mostrará que este projecto será útil e ganhador. Aos eleitos só me resta, em nome do Grupo Municipal do PSD, desejar boa sorte e bom trabalho." -----

-- O senhor Miguel Ângelo interveio dizendo que "pegando nas últimas palavras do meu colega José Bizarro, gostaria de falar da Associação de Freguesias do Município de Mafra. Se bem se lembram, há pouco tempo, quando se discutia a Lei das Autarquias Locais, foi aqui trazida uma moção sobre o reforço de competências das Juntas e o que é que as Juntas pretendiam. Na altura, creio que, senão me engano, terá havido uma ou duas abstenções, uma foi, certamente, a minha. Entendo que, neste momento, é a altura própria para justificar esta minha abstenção. Eu entendo que as Juntas de Freguesia deveriam ter, na minha opinião pessoal, um conjunto de competências que hoje são delegadas em protocolos com as Câmaras e que deveriam ser logo de raiz atribuídas às Juntas de Freguesia. Se os senhores Presidentes das Juntas e se os Executivos tiverem um Presidente a tempo inteiro, a verba vem directamente do orçamento de Estado. Se não tiverem esse Presidente a tempo inteiro, essa verba nem sequer é transferida para a Junta, é uma verba específica para pagar o vencimento do Presidente da Junta. Acho que, nesta perspectiva, também devia haver um conjunto de competências que deviam ser passadas para as Juntas de Freguesia, e aí sim verbas próprias para as Juntas. Em relação à questão dos protocolos com as Câmaras, há Câmaras que fazem, há Câmaras que não fazem. As Juntas deveriam ter estas competências, os jardins, as ruas, automaticamente das Juntas com componente financeira própria, isto não acontece. Agora vejo a outra solução, essa eu quero dar os parabéns a quem este nela, que é, de facto, o associativismo. A Associação de Freguesias permite concorrer a projectos que sozinhos não conseguiam, não temos capacidade. Na altura eu absteve-me na moção de censura trazida pelos senhores Presidentes de Junta, hoje venho aqui dizer que esta é a vossa melhor solução e dar os meus parabéns a todos os que se empenharam neste projecto. Gostaria, ainda, de falar de uma questão que tem a ver com a Educação. Vou falar aqui de um caso real. Eu convidei o Presidente da Associação de Pais das Escolas de Estremoz para vir à inauguração das escolas do Concelho, não convidei para a Ericeira, convidei para Santo Estêvão das Galés, uma escola pequena, à dimensão da de Estremoz. O resultado final foi que os filhos dele saíram a chorar, a dizer que queriam ficar nesta nova escola e virem para cá morar. De facto, isto não há em lado nenhum no país. O meu colega apareceu no dia a seguir nas televisões a dizer que os pais em Estremoz tiveram que levar sanitas e papel higiénico para a escola, tiveram que andar a pedir relva para pôr cá fora para terem um pátio para brincar, tiveram que andar a pedir lâmpadas para pôr nas salas e nós inaugurámos aquelas escolas. Ele disse-me que nós tínhamos ali uma obra magnífica e não sabia como é que isto é possível fazer, isto é possível fazer de uma forma simples, a Câmara teve, em tempo certo, a engenharia e o bom senso de apresentar uma proposta financeira que resolvesse isso. Enquanto outros municípios inauguram um centro escolar que aparece nas televisões, Mafra já inaugurou seis e vêm mais quatro a caminho. Esta é a diferença do Concelho de Mafra, é a antecipação e a capacidade de resolução dos problemas. Os meus parabéns ao Executivo, reiterando as palavras da minha colega Cristina Loureiro. Já que estamos a falar de Educação, levanta-se agora um outro problema: quem esteve presente nas inaugurações, viu escolas de extrema qualidade, quem conhece as Escolas Básicas dos Segundos e Terceiros Ciclos de Mafra até se assusta, ou seja, os miúdos saem de um hotel de cinco estrelas e vão para uma pensão de esquina, e essa pensão de esquina é do Ministério da Educação. Se formos ao Secundário, verifica-se a mesma situação. Nós hoje vamos falar aqui de impostos municipais, toda a gente vai dizer que estamos a cobrar demasiado, mas o Estado também cobra impostos. No caso da Secundária de Mafra, há uns tempos atrás o senhor Ministro da Educação Marçal Grilo veio inaugurar à Escola Secundária José Saramago um auditório, com pompa e

circunstância, com dinheiro do Estado Português. Hoje em dia, o auditório é para deitar abaixo para fazer salas de aulas, mas já na altura não se justificava o auditório. Porquê? A Câmara tinha dois auditórios disponíveis: o da Casa de Cultura D. Pedro V e o Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, para além desta sala de sessões, para além do auditório da Escola Prática de Infantaria que sempre disponibilizou à sociedade civil, mas a escola entendeu que tinha que ter um e o Ministério gastou dinheiro com aquela obra. Agora vai ser deitado abaixo para serem feitas salas de aulas. É assim que o Ministério da Educação nacional gasta o dinheiro. Depois, temos a Câmara Municipal de Mafra a gastar o dinheiro como faz nas escolas primárias. Quando se fala em transferência de competências das escolas básicas do segundo e terceiro ciclos, vejo o que aconteceu na escola de Mafra, as paredes estavam a cair e pintaram de cores berrantes por cima, intervenção na estrutura não houve nenhuma. Esta é a política do Ministério da Educação nacional, a da Câmara Municipal foram as escolas que inaugurámos. A este respeito, eu gostava de dar um salto para a Saúde e porquê? Porque, em tempos, a Câmara teve uma mesma proposta em termos de Saúde. Se bem se lembram, a Câmara trouxe aqui uma proposta que permitia resolver as carências em termos de instalações de Saúde no Concelho de Mafra, criando três centros de Saúde, que era o Centro de Saúde de Mafra e a congregação da Malveira e Venda do Pinheiro, fazendo um novo centro de Saúde. Estas duas unidades com condições, com qualidade e que correspondiam às necessidades do Concelho. A proposta era um pouco como esta das escolas, a Câmara construía e, neste caso, seria o Ministério da Saúde a pagar a renda, o *leasing* da própria estrutura. O senhor Presidente da ARS já acabou por se demitir. Curiosamente, ele diz que se demitiu, mas nós tivemos uma reunião da Comissão Metropolitana sobre Saúde uma semana antes, em que ele contestava todos os dados da própria ARS e os dezasseis mil utentes sem médico de família que existem no Concelho de Mafra. Qual não é o meu espanto, o senhor demitiu-se, quando nos tinha prometido que enviava as respostas. Temos um novo Presidente da ARS, espero que esta estrutura agora esteja um pouco mais flexível, mais atenta às necessidades do Concelho de Mafra, porque se a Educação é um pilar importante, a Saúde é outro. Espero que o novo Presidente da ARS tenha o espírito de abertura para retomar o projecto que a Câmara apresentou porque, de facto, o projecto da Saúde é igual em tudo ao da Educação e na Educação já demos provas de que sabemos fazer." --

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, referiu que "fizemos umas inaugurações que se destacaram pela positiva. Procedeu-se, igualmente, à inauguração das obras de requalificação da Foz do Lizandro, dividimos ao meio porque é difícil resolver aquela situação de uma vez só, até porque se tratava de espaço público de um lado, com algumas vantagens e facilidades, do lado esquerdo de quem desce para a Foz do Lizandro são muitos proprietários, vai começar a ser tratado o Plano de Pormenor complementar, não ligado propriamente à utilização turística, tal como este agora, mas de valorização daquela frente. Continuam as negociações com o Ministério da Educação, relativamente àquilo que se chamou a maior transferência de competências para as autarquias. Estivemos a fazer a análise da situação com a DREL. Neste momento, já enviámos à DREL a nossa proposta para receber as transferências de competências que se repartem em duas situações: recursos humanos e manutenção e conservação do parque escolar. Eu não aceito uma sem a outra, já se admitiu a hipótese, e houve colegas meus que aceitaram os recursos humanos, outros aceitaram a conservação, eu aceito as duas. Eu não concebo estar a gerir recursos humanos em espaços físicos como aqueles. Quero ter as duas competências. Da análise que fizemos das quatro escolas em causa, a da Ericeira, Malveira, Mafra e Venda do Pinheiro, a da Venda do Pinheiro é recuperável, entendemos nós, e depois da análise criteriosa e cuidada que fizemos, têm que se lá gastar cerca de duzentos mil contos, é esta a minha proposta que vem descrita com fotografias e tudo aquilo que faz falta não só na manutenção e conservação do edifício, mas do próprio equipamento que está degradado. Estamos perfeitamente

disponíveis desde que sejam satisfeitas minimamente as condições que entendemos que sejam vantajosas para os alunos, nem sequer é para a Autarquia. Na escola da Venda do Pinheiro há recuperação possível, da análise que fizemos e da estimativa e da valorização, em termos financeiros, resulta em cerca de duzentos mil contos, para além das verbas de manutenção e conservação que queremos que sejam afectas ao orçamento municipal para, aí sim, podermos intervir na conservação e manutenção. Depois as outras, quanto a nós, são irrecuperáveis. Propomos uma «cosmética» muito mais profunda do que aquela que está feita, mas que ronda os cinquenta, sessenta mil contos, sensivelmente, em cada uma delas, sendo que nos próximos cinco anos o Ministério da Educação tem que fazer três escolas novas. Este é o grande desafio e não aceito outra situação. A escola de Mafra está KO, querem agora fazer uma situação de mais pavilhões, devo dizer que há lá uns pavilhões que já vieram de uma universidade da Cidade Universitária, já eram em segunda mão quando vieram para cá, agora imaginem como é que aquilo está. Propus nas negociações que a Câmara ofereceria os projectos, estamos a falar de cerca de cem mil contos, para fazer três espaços escolares novos nos logradouros das respectivas escolas. Há soluções técnicas e arquitectónicas que permitem, com a escola em funcionamento, fazermos, de uma forma faseada, a construção dos três edifícios. A estrutura física das escolas está esgotada porque foram projectos mal executados, o desgaste e a não conservação e manutenção originaram isto. Esta proposta foi hoje assinada por mim, como resumo do conjunto de reuniões, onde eu quero também outra situação que julgo que é pertinente e porque é que eu quero também os recursos humanos? Porque eu não concebo a Câmara estar a fazer, embora com dinheiro do Ministério, conservação e manutenção de espaços físicos, onde eu não tenha autoridade para fiscalizar. Isto é, aquilo que é posto à Câmara para a transferência em recursos humanos é que paguem os vencimentos aos funcionários, paguem as férias, façam os mapas de férias, os processos disciplinares, a gestão propriamente funcional são os conselhos directivos ou director escolar que irão exercer a sua autoridade sobre esta situação. Eu não concebo esta partilha conjunta de responsabilidade, nós pagamos, penalizamos, entre outras situações, e depois a função, digamos assim, é gerida pelo próprio director da escola. Eu vejo esta partilha muito difícil de aceitar, não sei como é que os meus colegas de outras Câmaras estão a fazer, em jeito de desespero poderão aceitar tudo, eu acho que não. A Câmara Municipal está disponível para aceitar os recursos humanos no seu todo e deverá pôr, de acordo com um projecto previamente estabelecido e sob a alçada do Ministério da Educação, em cada uma das escolas o número de funcionários suficiente para que cada uma das escolas funcione. A responsabilidade funcional, a nível de recursos humanos, tem de ser da Câmara Municipal, isto para eu ter um responsável municipal em cada uma das escolas que me garante funcionalidade da escola. Esta situação tem funcionado em alguns sítios, verificaram-se algumas situações conflituosas em algumas escolas onde esta partilha tem acontecido, existem os funcionários do Ministério da Educação e os funcionários da Autarquia. Por outro lado, não concebo também, e aqui em defesa dos funcionários municipais, que alguns tenham alguns privilégios em termos de férias e tempo e outros continuem a trabalhar na escola, porque nós somos muito mais rígidos. A grande vantagem desta unificação de coordenação tem a ver com a facilidade de mobilidade de funcionários. Se há uma escola, por exemplo a da Póvoa da Galega, em que falem funcionários, agarramos nos que estão na Malveira nossos e vão para a Póvoa da Galega ou vice-versa, não preciso de pedir aos directores das escolas, tenho é que ter a escola a funcionar. Continuamos a funcionar todos em pleno, quando isso for entregue aos directores de escola as coisas complicam-se mais. A responsável pelos recursos humanos da DREL, agora quando veio cá, teve alguma dificuldade porque diz que o rácio do pessoal auxiliar por turmas, no conjunto dos agrupamentos, há agrupamentos que têm mais funcionários do que aqueles que deviam e outros que, evidentemente, têm menos. A situação é entendível pela DREL, não digo que não há nenhum entendimento sobre esta matéria,

67
6

nacional e depois regionalmente adapta-se as estratégias e os projectos a essas normas nacionais de interesse e promoção. É evidente que o Concelho de Mafra é conhecido, mas não tanto quanto a Região de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. Nós vamos pertencer à entidade regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, sendo que ainda vai haver eleições. Pelo facto de termos tido no nosso território uma Junta de Turismo, das três que existiam no país, e isso dá-nos outras responsabilidades nas «negociações» sobre o que é que vai acontecer ao edifício, ao pessoal e a toda uma política que localmente se tem desenvolvido ao longo dos tempos, embora agora com umas orientações diferentes, mas com a acutilância própria de uma zona que, por si só, tem valor patrimonial, turisticamente falando. Os funcionários serão garantidos, com certeza que o aluguer das instalações será suportado, que vão dotar de meios financeiros os projectos locais, e estou a falar de vão dotar porque, neste momento, ainda não se sabe ao certo o que é que vai acontecer, mas tudo isso foi falado. Convém dizer que nós, ao invés de Sintra, porque temos uma fonte de ajuda para projectos e promoção turística que eram as verbas do Jogo, cerca de trinta a quarenta mil contos por ano, nalgumas podem acontecer também obras de interesse turístico como foi o caso do molhe, entre outras, Sintra abdicou do tratamento directo com o Turismo de Portugal, nós não abdicámos e passámos a ter um interlocutor directo que é o Turismo de Portugal, é com ele que nós apresentamos os nossos projectos, as nossas candidaturas. Quanto ao projecto de desenvolvimento turístico, a estratégia turística para o Concelho passará por esta entidade regional. «Separámos as águas» porque nos interessa de todo e porque foi a forma também mais interessante que resolveram na altura, através da pessoa do Doutor Luís Patrão, que entendeu que era uma forma interessante de estar, uma vez que as verbas, contrariamente àquilo que se pensava, a Associação de Turismo de Lisboa (ATL) queria ser o receptáculo das verbas para poder distribuir à sua maneira e o Turismo de Portugal entendeu que não. Resumindo, isto é uma incumbência da Lei, a estratégia está delineada e a adesão é aqui solicitada.” -----

-- Não se verificando inscrições, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Procedeu-se à introdução do ponto número quatro, relativo à participação variável no IRS – rendimentos de dois mil e nove. Não se verificaram intervenções, passando-se à votação deste ponto, o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor, vinte e três do PSD, dois da CDU e um Independente, e quatro abstenções do Partido Socialista. Introduziu-se o ponto número cinco sobre o lançamento de derrama para dois mil e nove. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “este é sempre o eterno problema das derramas e do IMI. Isto representa um esforço e uma sobrecarga sobre os contribuintes. Em relação aos impostos directos, e aquilo que o Município tem capacidade de intervenção, representa trinta por cento do orçamento, mas o Município só tem capacidade de intervenção em oito por cento, que é na taxa do IMI e na Derrama; o IMT, o Imposto sobre Veículos e outras situações têm a ver com a Administração Central e não temos que nos pronunciar. Devo dizer que a derrama este ano já representa cerca de quarenta por cento de quebra, relativamente ao ano passado, e cinquenta por cento, sensivelmente, na previsão. O Imposto Municipal sobre Imóveis representa treze vírgula trinta e um por cento na receita, relativamente à previsão que foi feita para dois mil e oito. É evidente que estes impostos são o grande «balão de oxigénio» para podermos continuar a assumir os compromissos, ou pelo menos manter parte dos compromissos assumidos. Em termos das contribuições directas sobre as obras, no ano passado nós tínhamos, por esta altura, cerca de quinhentos e cinquenta processos de construção que deram entrada na Câmara, este ano temos duzentos, se isto quer dizer alguma coisa são dezenas de milhares de contos de licenças que não entraram no Município. Esta situação tinha que acontecer um dia, houve uma fase de manutenção e crescimento, é normal que haja um declínio, este declínio foi abrupto. Não sei qual será o quadro futuro. Em relação aos compromissos que nós estamos a assumir, nós temos que garantir que, minimamente, eles são

inclusivamente sobre a proposta de reequipamento físico dos estabelecimentos, é evidente que isto envolve compromissos e tem que ser decisão da senhora Ministra que penso que estará disponível, uma vez que demonstrou toda a abertura. É uma abertura desinteressada, mas muito interessante que pode resolver um problema no Concelho ou fechar este ciclo de investimento na área dos equipamentos escolares, passando a pensar noutros problemas. Se queremos cidadãos devidamente preparados para os desafios do futuro, devidamente críticos, responsabilmente críticos, temos que lhes dar oportunidade disso, julgo que a vontade do Ministério é essa, luta, como todos nós lutamos, com falta de dinheiro. A nossa oferta está feita, a proposta foi hoje para a DREL, no fundo é o resumo do conjunto de negociações e espero que dentro de poucos dias tenha respostas positivas nesse sentido. Por outro lado, gostaria de lhes dizer que mudou o Presidente da ARS, já temos uma reunião marcada com este senhor, que já demonstrou abertura para analisar os *dossiers* todos. No dia nove de Outubro vamos ter uma reunião, onde estará presente o Vereador Armando Monteiro, para expor a situação, mas, acima de tudo, perguntar uma coisa muito simples, antes de avançarmos para qualquer construção física: qual é a política de Saúde para o Concelho? Já se fala de encerramentos de extensões de Centro de Saúde e eu não estou para investir e amanhã vir um senhor qualquer de uma ARS e encerrar os centros de Saúde. Eu quero saber o que é que se passa relativamente à Saúde no Concelho. Que estabelecimentos e que política tem a ARS para o Concelho e em função disso dotar o Concelho com os equipamentos suficientes e necessários para pôr em prática essa mesma política de Saúde. Não vamos discutir só os equipamentos, mas eu quero saber se vamos ter médicos, se vamos ter enfermeiros, qual o horário de funcionamento, se há SAP ou não, todos os assuntos têm que ser esclarecidos." -----

-- Não havendo inscrições, passou-se à Ordem do Dia, sendo introduzido o primeiro ponto referente à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Não se verificando nenhuma intervenção, prosseguiu-se com o ponto número dois, denominado "Projecto de Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura de Mafra". -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "este projecto de regulamento pretende premiar a arquitectura do Concelho. Queremos com isto premiar a qualidade, distingui, através dessa menção honrosa, a melhor arquitectura. Nós temos coisas muito bem feitas no Concelho, outras nem tanto, mas julgo que vai levantar algum ânimo nos gabinetes. Evidentemente que os gabinetes não trabalham para prémios, mas se puderem juntar o útil ao agradável resolveram alguns problemas em termos de imagem desses mesmos gabinetes." --

-- A senhora Leonor Coutinho disse que "parafraseando aquilo que o Senhor Presidente disse, louvo esta iniciativa, penso que é sempre bom estimular o que é bom, é muito melhor do que castigar o que é mau e talvez isso leve a que se melhore a qualidade da arquitectura e acho também que as pessoas que fazem coisas boas gostam que o seu trabalho seja reconhecido. Aquilo que eu tenho a dizer é apenas que me associo completamente nas felicitações para a iniciativa." ---

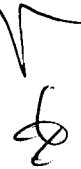
-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Introduziu-se o ponto número três sobre a adesão do Município de Mafra à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que "depois de algumas tentativas, em tempos passados, de acabar ou não acabar com as Juntas de Turismo e rever ou não rever a política organizacional do Turismo em Lisboa e Vale do Tejo, chegou-se à conclusão que era o tempo. Isto já esteve para sair, depois, por razões que desconheço, não avançou. O que é que acontece com esta Lei? Isto é uma obrigação, nós temos que aderir a este projecto, a Lei assim o determina, e julgo que sim, julgo que sim porque individualmente, tidos como tal, pouco valem. Acho que a política de Turismo e desenvolvimento e promoção turística deve ser de âmbito regional, faz todo o sentido que assim seja, há uma política

exequíveis. Tento assumir esses compromissos na transferência de competências, mas também no funcionamento das novas escolas e no conjunto de situações a que habituámos os cidadãos. As empresas podem despedir pessoas, podem abrir processos de falências, nós não podemos, nem despedir pessoas, nem deixar de fazer as nossas tarefas e competências. Como é que fazemos? Com alguma racionalização dos meios, com alguma pressão dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Não queremos dar a imagem de estarmos parados e a prova de que realmente não estamos é que, mesmo em ano de crise, nós inaugurámos dez milhões de contos de obra, isto em ano e meio de execução. Continuamos a apostar na qualidade de vida do Concelho, continuamos a dizer que o Concelho de Mafra está vivo, que tem uma força que quer manter, uma dinâmica para poder projectar e agarrar outros que venham atrás e que venham por bem. Este ainda não é o ano para fazermos reduções.” -----

-- A senhora Leonor Coutinho interveio dizendo que “toda a gente fala que estamos a atravessar um momento difícil, ninguém tem outras ilusões, mas felizmente que este Município tem as finanças equilibradas como o demonstra na sua avaliação de resultados. A nível da Educação tem havido uma política de descentralização de responsabilidades, o senhor Presidente salientou aqui a política que tem desenvolvido com a senhora Ministra da Educação nessa matéria, ela também herdou uma situação relativamente difícil e é evidente que tem dado a volta na promoção da escola pública a todos os níveis e com os diferentes parceiros. Ainda bem que o Governo neste momento difícil também preparou um diploma de medidas anti-cíclicas, ou seja, quer dizer que quando as famílias estão mais «apertadas» a nível da taxa Euribor, que nenhum de nós quis que subisse, o que é que se faz? Tenta-se apoiar as famílias que têm encargos importantes com as casas, que aumentaram, aliviando noutras matérias. Foi isto que foi feito num diploma que está, neste momento, na Assembleia da República e em que são propostas duas coisas: por um lado, diminuir o tecto máximo do IMI, que foi uma sugestão da Doutora Manuela Ferreira Leite há cerca de um mês e que depois foi concretizada pelo Governo, uma vez que o IMI foi uma taxa que, de facto, subiu muito nos últimos anos. A reforma que foi feita no IMI em dois mil e três foi muito difícil de negociar porque os vários municípios e o Governo tinham todas as ideias, quando se muda qualquer coisa toda a gente tem medo dos resultados e, portanto, ela foi calculada por cima. Num município como o de Mafra, verificou-se um aumento do IMI, nos últimos quatro anos, de cinquenta e três por cento e do IMT de noventa e dois por cento das receitas arrecadadas. As receitas directas dos três impostos directos - derrama, IMI e IMT -, nos últimos quatro anos, aumentaram num total de sessenta e quatro vírgula oito por cento, aumentaram muito, é por isso que a Doutora Manuela Ferreira Leite percebeu perfeitamente e propôs, ela própria, depois, obviamente, se queixou porque o PS aproveitou a ideia e o Primeiro-Ministro propôs à Assembleia da República, estando actualmente a ser discutido, o baixar a taxa máxima do IMI de zero oito para zero sete nos imóveis não avaliados e de zero quatro para zero três nos imóveis avaliados. O apoio às famílias vai ser feito em todos os municípios que mantiveram na taxa máxima, os outros, obviamente, já baixaram. Também foram aliviados os encargos a nível de IRS, aumentando aquilo que se pode descontar no IRS por encargos na compra de habitação, portanto, a chamada dedução à colecta que vem baixar o imposto do IRS, para todas as famílias de primeiro e segundo escalões aumentou em cinquenta por cento, passando de quinhentos e oitenta e seis euros para oitocentos e setenta e nove, no terceiro escalão aumentando em vinte por cento, no quarto escalão aumentando dez por cento. No total, estas medidas de diminuição de apoio às famílias, a nível de IRS, abrangem novecentas e cinquenta mil famílias, mais ou menos, nos vários escalões, todos os escalões em que os agregados ganham menos de quarenta mil euros por ano, claro que não se verifica esta diminuição para os que ganham mais do que isso. Penso que esta medida tomada pelo Governo, de diminuir também no IRS, é extremamente importante, em média cada família vai ter uma diminuição de IRS de quarenta e sete euros, assim como no IMI

8



são atingidas dois milhões e duzentas mil famílias, sendo atingidas as famílias que têm casa e que estavam abrangidas pelo escalão máximo, nos municípios que tinham o escalão máximo, nos municípios que já baixaram não têm que fazer mais esse esforço. Quanto é que se baixa? Baixa-se, em média, quarenta e cinco euros por família, ou seja, é um conjunto de medidas para apoiar as famílias, que está neste momento a ser discutido na Assembleia da República, os encargos são uma parte para os municípios outra para o Estado, e as vantagens para as famílias são, em média, cerca de quarenta e cinco euros. Eu penso que, mais uma vez, aqui é também uma parceria entre um esforço a ser feito pelo Estado e pelas Autarquias, faz parte deste esforço conjunto das tais parcerias que a nível da Educação também estão a ser feitas, em que também com o dinheiro do Estado se vai apoiar e fazer acordos e negociações com os municípios para eles gerirem melhor as verbas que são, no fundo, de todos nós. Neste caso, trata-se também de apoiar as famílias com um esforço conjunto. A nível das obras públicas, é evidente que os municípios e o Estado estão a fazer, num momento de crise, um conjunto de obras públicas que são aquilo que rapidamente consegue fazer para apoiar a economia numa crise mundial e que neste momento de globalização, obviamente nós temos as vantagens e também temos os inconvenientes, neste caso temos agora este inconveniente. O que eu gostaria de dizer é que, não queria aqui repetir o que diz a Doutora Manuela Ferreira Leite, mas o que é certo é que me parece que este apoio que vai ser feito às famílias, sobretudo aquelas que têm casa, que é repartido por dois impostos, IRS e IMI, há uma parte do IMI que é dos municípios e, portanto, para mim, acho que o Município de Mafra se podia associar a este esforço, voluntariamente, porque senão terá que ser pela Lei da Assembleia da República que vai ser para todos os municípios e que não podem ter uma taxa superior a zero sete. Eu penso que é melhor, mais uma vez, fazer a tal parceria de colaboração para apoiar as famílias portuguesas.” -----

-- O senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que “eu nunca pensei que a redução fosse tão pouco significativa, quarenta e cinco euros é menos do que um depósito de gasolina, mas sempre é alguma coisa.” -----

-- Não se verificando mais inscrições, passou-se à votação. Este ponto foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor do PSD e um Independente, e seis votos contra, quatro do Partido Socialista e dois da CDU. A CDU apresentou, ainda, uma declaração de voto verbal, introduzida pela senhora Olga Pires: “A CDU sempre defendeu que estes impostos autárquicos poderiam, realmente, baixar ligeiramente, até porque a Câmara Municipal de Mafra tem apresentado uma boa gestão e lucros. Não vou dar parabéns, porque acho que isso já foi feito em relação a toda a obra que têm desenvolvido. A CDU está aqui numa situação muito complicada que é ter o PSD enquanto gestão camarária e ter a oposição no Governo, porque depois ouve-se aqui as coisas mais incríveis e não se pode deixar de intervir. Eu vou informar todas as pessoas que conheço e que estão, neste momento, bem preocupadas em pagar a renda da casa ao senhorio, que quem compra casa vai ter este ano quarenta e cinco euros de desconto, ou não lhe vão ser penalizados quarenta e cinco euros no IRS, eu acho que vão ficar felizes. Foi uma boa informação porque eu não tinha as contas assim apresentadas desta forma e, muito francamente, eu prefiro mil vezes e, por isso, votámos a favor, que o meu IRS, ou parte do IRS, fique no Concelho de Mafra, mal ou bem eu vejo as coisas, eu critico ou não critico, eu não vou a inaugurações, prefiro lá ir depois, mas vou depois ver como é que estão a funcionar. Embora não concorde com esta derrama, penso que devia ser um bocadinho mais baixa, tal como o IMI, mas eu prefiro que fiquem aqui no Concelho porque, ao menos, eu vejo, critico e ouve-me. Se houvesse uma Lei que fizesse que os impostos ficassem nas autarquias, bem como toda a Educação e Saúde, essa descentralização que há tanto tempo defendemos, se calhar, o cidadão estava muito mais próximo do tal poder, que pode ser criticado, analisado e depois nas eleições logo se vê.” -----

-- A senhora Leonor Coutinho respondeu, em defesa da honra, que “eu tentei aqui explicar aqui o que é a dedução de IRS, obviamente que as pessoas saberão que a

9



dedução à colecta, a nível de IRS, para encargos com a habitação, tanto se aplica a quem compra, como também às pessoas que têm renda, desde que não seja daquelas rendas antigas. Aproveito para dizer que, infelizmente, tenho verificado que há muitas pessoas que poderiam deduzir no IRS a sua renda, e são aquelas que pagam renda maior, e que não sabem que esta dedução não se aplica só aos que comprem casa, mas que se aplica exactamente com os mesmos valores para os que têm renda e se me é útil dar essa informação a quem não saiba, eu verifiquei que há pessoas que não sabem, gostaria de a dar neste momento." -----

-- Passou-se ao ponto número seis sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis para dois mil e nove. -----

-- O senhor Joaquim Cruz referiu que "queria falar de todos os pontos, de uma forma geral. Em primeiro lugar, parece-me que quando vamos ver as questões dos impostos temos que ver como é que estão as situações da colecta ou das transferências. Em termos das transferências do Estado, nós sabemos que de dois mil e seis para dois mil e sete na nossa Autarquia sofreu uma redução de cinco por cento, há um ligeiro aumento de dois mil e sete para dois mil e oito, mas não há uma certeza de que haverá uma redução para o próximo ano. Sabemos, por outro lado, que esta Assembleia aprovou uma política de desenvolvimento que está em curso. Há um conjunto de obrigações, há um conjunto de matérias que nós vamos ter que as executar, seja lá o que vier, e da melhor forma. No terceiro ponto, temos também a questão do limite de endividamento, até onde podemos ir e o preço do endividamento devido ao contexto actual de crise. Alguém vai ter que pagar a crise. Sabemos que estamos a utilizar mecanismos de estabilização, a nível dos bancos centrais, e já utilizámos vários. Apelo a alguma cautela, mesmo em termos do orçamento e da gestão camarária, não sabemos o que é que se vai passar, apenas que o corte do crédito com certeza que vai acontecer, as pessoas já o sentiram. Parece-me que devemos continuar com esta estrutura porque não sabemos o que é que aí vem." -----

-- Passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor, vinte e três do PSD e um Independente, e seis votos contra, quatro do PS e dois da CDU. Introduziu-se o último ponto, número sete, sobre a modificação aos Documentos Previsionais – segunda revisão. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Gil Ricardo. -----

-- O senhor Vereador Gil Ricardo referiu que "fiquei preocupado porque há tanta perspectiva de crise que não sei, sinceramente, qual o orçamento é que hei-de propor no próximo ano. Com aquilo que se falou aqui hoje, deixa-me aqui alguma dificuldade em perceber se o Governo vai tomar uma decisão de passar o zero cinco para zero sete ou zero quatro, que impacto vai ter. Devo dizer-vos que, no nosso caso, tem um impacto significativo, cerca de um milhão e meio de euros. Neste contexto geral, não sei, sinceramente, que orçamento é que hei-de apresentar e de que forma é que nós vamos intervir, sendo certo que temos tido imaginação e alguma engenharia para resolver os problemas do Concelho, certamente já os colocámos numa fasquia bastante elevada e devemos ter alguma prudência em relação àquilo que ainda está para vir. Temos tentado sempre manter esta Assembleia liberta dos pedidos de autorização para financiamentos para recorrermos ao crédito, a postura tem sido contrária, tentar diminuir, cada vez mais, o valor do endividamento para que haja meios libertos para investimentos, que são muito necessários, para não perdermos o equilíbrio das nossas contas. Em qualquer dos casos, eu diria que, sendo assim, teremos que repensar muito bem aquilo que vamos apresentar para o orçamento do ano de dois mil e nove. Em relação a este ponto em concreto, tem a ver com a inclusão de novas acções no orçamento: a implementação do balcão único de atendimento ao munícipe e a qualificação dos funcionários para a modernização. Estes projectos são co-financiados pelo QREN. São duas candidaturas que nós avançámos e propusemos e, entretanto, mereceram acolhimento por parte da unidade de gestão do QREN nestas áreas. Como não tínhamos estas rubricas abertas em orçamento, vimos

pedir esta revisão para que possam ser incluídas para podermos, naturalmente, acolher esta comparticipação. Relativamente às outras situações de inscrições e reforços são meros acertos e modificações que decorrem ao longo do ano." -----

-- O senhor Miguel Ângelo disse que "relativamente a este ponto, posso dizer que fiquei algo perplexo. Vejo aqui como grandes medidas a proposta de novas acções, designadamente a implementação do balcão único de atendimento ao munícipe da Câmara Municipal de Mafra e a qualificação dos profissionais da administração pública local, ou seja, estas verbas serão afectas a estes dois projectos. Para espanto meu, o Partido Socialista vota contra. Espanto meu porquê? Já se falou de obras, já falámos de centro de Saúde, falámos de escolas, falámos de várias coisas, agora fala-se de qualificar os recursos humanos da Autarquia e vota-se contra. Das duas uma, ou não há necessidade da implementação do balcão único de atendimento ao munícipe, e então esta verba não faz sentido, ou então não se precisa de qualificar os profissionais da Autarquia, não vale a pena apostar na formação deles, não vale a pena melhorar a sua qualificação e, então, vota-se contra também. Isto deixa-me mais perplexo porque o Governo pôs, por exemplo, em prática o Código dos Contratos Públicos que altera radicalmente a forma de contratação e sobre isto é necessário dar formação aos técnicos municipais, não se pode cometer erros nestas matérias, é um código que entrou em vigor em Junho. Verbas para dar formação sobre isto, acho que sim, é uma medida nova. Ouve-se falar constantemente nos jornais que o SIADAP, o sistema de avaliação de desempenho dos funcionários, previa um número de avaliações de excelente, mas, por má formação dos serviços, por má divulgação do próprio SIADAP, cerca de dois mil funcionários da Administração Pública é que vão ser premiados. Porquê? Porque não se deu formação sobre o SIADAP. Então não valerá a pena qualificar os recursos humanos da Autarquia? Vamos fazer escolas, vamos fazer tudo e em relação aos nossos serviços? Quem é o sustento da Autarquia? Quem é a máquina que apresenta as contas, os orçamentos e que nós já aqui várias vezes elogiámos? Não são os funcionários municipais? Não valerá a pena apostar na sua qualificação? Estamos a falar em qualificação perante medidas novas que foram postas em prática, inclusivamente, pelo Governo Socialista. Vamos estagnar os técnicos como estão? Não acredito que alguém ponha em causa a qualificação dos profissionais da Autarquia, penso que será, eventualmente, a criação do balcão único, mas também nessa área recorro que o Governo aposta, por exemplo, na Loja do Cidadão de terceira geração onde tudo está concentrado, o tal balcão único. Então, mas se o Governo quer, a nível nacional, criar balcões únicos, Lojas do Cidadão de terceira geração, como temos em Odivelas, aqui em Mafra não vamos apostar no balcão único? Vamos continuar a mandar os munícipes correr de um lado para o outro para recolherem papéis e depois irem entregar novamente à Câmara, sinceramente eu não percebo. Vou votar a favor porque acho que os funcionários, para além do bom trabalho que têm estado a desenvolver, merecem ter acesso à qualificação. É fundamental. Quando se fala em Leis Laborais, o direito às pessoas receberem formação não só porque há legislação nova, mas também para satisfação pessoal, para que eles saibam ainda melhor o que estão a fazer. Isto é muito importante para a valorização profissional dos funcionários." -----

-- A senhora Leonor Coutinho respondeu dizendo que "face a esta exposição, eu intervenho só para explicar porque é que nós nos vamos abster como tínhamos decidido na reunião preparatória. Não é por causa das verbas que são agora inscritas com este ou aquele objectivo no âmbito de uma segunda revisão dos instrumentos previsionais, estamos aqui a mudar um por cento de um orçamento que é global, é evidente que este um por cento até lá podia estar desde o início, era capaz de ser mais justificável do que outras coisas, agora o que nós estamos aqui a votar é uma parte de um orçamento em relação ao qual nós votámos contra e daí se justifica que eu não posso votar a favor de uma pequena alteração que vem apenas alterar marginalmente, e por já lá não estar desde o início, algo que, apesar de eu poder apoiar, não posso votar a favor. Por isso é que nós na reunião

preparatória tínhamos decidido abstermo-nos, mas agora sinto-me na obrigação de vos explicar, em virtude da informação anterior." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. Este ponto foi aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor, vinte e três do PSD e um Independente, e seis votos de abstenção, quatro do Partido Socialista e dois da CDU. O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se haveria algum inconveniente da aprovação desta acta em minuta, a qual foi aceite por todos. Passou-se ao período de intervenção do público. -----

-- O senhor José Júlio Rapaz interveio sobre o abandono de infra-estruturas, ruas, esgotos e passeios, dizendo que "não ouvi ninguém falar daquilo que ainda não se fez e que é preciso ainda fazer. Não venho aqui dar lições de moral a ninguém, mas fiquem com esta anotação. Eu moro na Póvoa de Cima, uma povoação a caminho de Santo Isidoro, no limite do Concelho de Mafra, neste momento penso que estão ali três grupos de urbanização, estão lá cerca de oitenta moradias. Já apresentei o problema há três anos na Junta da Freguesia, depois de estar dois anos à espera de uma resposta a um e-mail meu para a Junta da Freguesia, a situação piora de ano para ano, com certeza que quem vai ao Sobral da Abelheira, quem vai a Santo Isidoro, percorre as aldeias por aí fora e nas urbanizações que visita não vê nada tão parecido como a Póvoa de Cima. Se há adjectivos próprios para baptizar aquilo está um «nojo», ainda estou para saber se a urbanização foi entregue, é uma resposta que a Junta da Freguesia ficou de dar, estou a falar da urbanização do lado do moinho. Nas sarjetas quando chove não corre água, a água não entra nas sarjetas e porquê? Porque as sarjetas estão na berma dos passeios, como a rua tem uma lombra no meio, a água corre pelo meio das ruas. Se forem visitar a Póvoa de Cima, o ferro das sarjetas está impecável, nas zonas onde não se constrói o mato invade não só as zonas dos terrenos onde ainda não se construiu, como sobe para os passeios e dos passeios para a estrada. É um bocadinho difícil viver naquela zona por razões óbvias, aquilo não tem condições para a pessoa se sentir bem, tem paisagem, mas é difícil viver naquelas circunstâncias, por exemplo: o fiscal da Câmara, de vez em quando, passa por lá em acções que tem de fiscalização, ao visitar as obras diz aos senhores que estão a construir que não podem ocupar os passeios. Porque é que não podem ocupar os passeios? Porque não é legal, os passeios não pertencem aos construtores, mas à zona pública. Evocam que os passeios são para as pessoas passear, neste momento as pessoas não podem passear. Pedi, em tempos, para serem lá postas umas árvores, não se podem pôr lá porque limita a circulação das pessoas deficientes, o que é certo é que, neste momento, ninguém pode passar lá na mesma. Os passeios estão destruídos, o pavimento não existe, em alguns casos, porque as obras estragaram os pavimentos. O meu protesto ainda vai mais longe porque parece que não há dinheiro para nada, mas à volta do Terreiro Dom João Quinto as obras continuam a ser feitas, com algum dinheiro e com alguns gastos, não se pode pedir a mesma coisa que se pede para o Terreiro Dom João Quinto como se pede para a Póvoa de Cima. Todos nós falamos que Lisboa consome o capital do país porque a centralização vai dotar Lisboa com verbas superiores aos outros municípios, mas todos os Presidentes das Câmaras também têm a sua «capitalzinha», agora a capital de Mafra é o Terreiro Dom João Quinto, o resto é só paisagem, talvez a urbanização da Quinta das Pevides seja também um caso diferente. Para maior relevo daquilo que acabei de dizer, as tampas dos esgotos, nalguns sítios, estão quatro e cinco centímetros acima do pavimento. Há buracos nas ruas que obrigam o trânsito a desviar-se e, por onde se desviam, criam novos buracos. Há bocado falou-se em prémio de Arquitectura, e falou-se que vai haver depois um prémio para quem faz má arquitectura, não sei como é que os senhores arquitectos da Câmara aprovam determinados projectos. A iluminação na Quinta da Fonte é muito melhor do que na urbanização onde eu moro, a urbanização do Bairro da Fraternidade, em Loures, bairro clandestino de génese ilegal já recuperado, tem uma iluminação melhor do que a que existe à volta da Póvoa de Cima. Quem vier a pé pela estrada à noite, é impossível circular, faço lembrar que as infra-estruturas

de iluminação são propriedade da Câmara. Vou acabar só com uma coisa que vi ontem no jornal: o nosso fiscalista Saldanha Sanchez acusa as Câmaras de serem, actualmente, os piores inimigos dos contribuintes." -----

-- O senhor Filipe Amaral disse que "gostaria de saber informações, já que tentei marcar uma reunião com o senhor Presidente e não consegui, sobre a Foz do Lizandro. Eu conheço a Foz do Lizandro há cerca de vinte e seis anos, gosto muito da Ericeira. Quero dar os parabéns ao senhor Presidente e aos senhores Vereadores, às equipas que estão a trabalhar na Foz do Lizandro que, efectivamente, estão a fazer um excelente trabalho. O que me preocupa é que fui, assim que soube que as obras se estavam a realizar, à Câmara Municipal de Mafra e verifiquei que o Plano de Pormenor, que poderia ter começado há dois anos, não tem ainda uma equipa de arquitectos que tenha sido contactado para o efeito pela Autarquia para realizar o Plano de Pormenor. Esta situação preocupa-me porque tenho um terreno na Foz do Lizandro, há vinte e seis anos que nós pretendemos, isto começou com o meu sogro, que, infelizmente, já morreu, neste momento está com a minha esposa e com a minha sogra, aliás, a Arquitecta Sónia Realista pôs em causa a posse do bem - já agora gostaria de entregar aqui na Câmara a documentação referente à posse do bem para depois lha entregarem -, e, portanto, tive várias reuniões com diferentes pessoas da Câmara, gostaria, neste momento, que me dessem essa informação, à qual penso que tenho direito, de saber como é que estão as coisas no Plano de Pormenor na Foz do Lizandro para eu poder saber quando é que poderei fazer um hotel, visto que naquela zona, pelas informações de que disponho, é uma área de aptidão turística. Falou-se aqui no Prémio de Qualidade da Arquitectura, os arquitectos com quem eu trabalho pretendem fazer ali uma arquitectura contemporânea, com uma vista panorâmica, com um elevador panorâmico em vidro, só que, neste momento, eu não consigo fazê-lo, eu quero investir ali um milhão e quinhentos mil euros a dois milhões de euros e não consigo fazê-lo porque os senhores não avançam com o Plano de Pormenor. O Senhor Presidente há pouco disse, e eu tomei nota aqui, do lado esquerdo tem imensos proprietários e terá que ter um tratamento específico, eventualmente não turístico, não sei se percebi bem esta palavra, mas preocupou-me porque eu penso que ali tem que ser feito um tratamento misto, onde as pessoas que querem investir e essas verbas dos investimentos, o IMI, as Licenças de Construção, que há pouco referiu que seriam um «balão de oxigénio», podem ser começadas e, portanto, gostaria de ter informação credível sobre o Plano de Pormenor da Foz do Lizandro."

-- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Regimento da Assembleia Municipal não permite que sejam dadas informações durante a sessão, ficando em acta e sendo dada uma resposta posterior, por escrito. -----

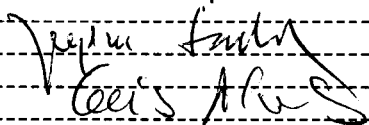
-- A senhora Ana Martins referiu que "faço parte do condomínio da Rua do Paineiro há um ano, tentámos saber desde há um ano, porque há três anos que um espaço que estava vedado deixou de estar, a quem pertencia aquele espaço, porque no espaço interior de uma urbanização, que o projecto que teria sido apresentado à Câmara seria como um espaço verde, neste momento é um estacionamento. As coberturas das garagens situam-se nesse mesmo espaço, não foram feitas para suportar carros em cima, carros ao lado, queríamos saber a quem pertencia este espaço para podermos tomar conta e arranjar as coberturas das garagens. O que nos foi dito é que o espaço era de domínio público, consultámos e é desde mil novecentos e noventa e quatro. Quem é que tem que fazer as obras nas nossas coberturas que estão seriamente danificadas? Os carros estão com problemas, têm que ser feitas obras lá dentro, podemos ser nós. Quem, do domínio público, é que vai tomar conta do espaço? Teria que ter uma zona pedonal, não tem, tem é estacionamento a partir das seis da manhã até às dez da noite. Já rebentou duas vezes um cano, como aquilo estava de terra batida conseguia identificar-se onde era, agora com alcatrão quando tivermos as garagens inundadas conseguimos saber, novamente, que houve um rebentamento de um cano. Já escrevemos quatro cartas, sem qualquer resposta, para a Câmara, tivemos que vir aqui hoje. O que diz a Lei é que temos, pelo menos, doze dias de resposta e temos todo o direito de nos

responderem. Só tivemos resposta à primeira carta para nos dizerem, pura e simplesmente, que, em primeiro lugar, este espaço é pertença de domínio público; em segundo lugar, havia um depósito de gás ilegal que abastecia a urbanização no espaço interior e está a ser tratada a sua retirada; foram as únicas respostas que obtivemos da Câmara. Agora temos junto ao Largo do Freixo um buraco aberto, há três ou quatro meses disseram-nos que não é propriedade de ninguém e que é da Câmara Municipal, há um ano tivemos um buraco mais ou menos no mesmo sítio, aberto pela EDP, houve umas chuvadas e a garagem ficou inundada, voltamos a ter o mesmo problema se chover. Quando é que temos estes problemas resolvidos?" --

-- Não se verificando mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e oito da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam cinquenta e um minutos das vinte e duas horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: senhor Nuno Sardinha, substituído pelo senhor José Alves Nascimento; e senhor Paulo Ricardo. Verificaram-se, igualmente, as ausências dos seguintes elementos: senhor José Eduardo Simões; senhor Américo Peralta; senhor Daniel Marchante; senhor Domingos Janota; senhora Elsa Pinheiro; e senhor Samuel Estêvão. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Luís Alves

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Mafra
Exmos. Srs. Deputados Municipais,
Senhores e senhoras,



Não podia deixar de referenciar, nesta assembleia, a satisfação de ver realizada mais obra em prol da educação, neste Concelho.

Como é do conhecimento geral, foram inaugurados mais seis edifícios escolares no presente mês.

Seis edifícios na linha dos já construídos, contribuindo, uma vez mais, para a melhoria substancial da rede escolar do nosso Concelho.

Apostar na Educação, dotando-a de meios físicos e humanos cada vez mais eficazes e de qualidade, tem sido a política desta autarquia, principalmente deste executivo, que continua a fazer, e a fazer bem!

Não é só construir edifícios com qualidade arquitectónica e conforto inegável, mas também pô-los a funcionar, dotando-os de meios humanos necessários. E esse é um esforço acrescido desta autarquia... Posso exemplificar, com conhecimento de causa: no estabelecimento onde trabalho, para cerca de 300 alunos, existem três auxiliares de acção educativa colocadas pelo Ministério da educação e 13 funcionárias colocadas pela Autarquia.

Questiono até que ponto o Poder Central contribui para a edificação de espaços escolares e para o seu funcionamento.

Até que ponto contribui para o que a escola ofereça aos alunos e às suas famílias um serviço de Qualidade?

Acredito que, se não fosse a vontade de um executivo autárquico em fazer cada vez mais e melhor, acreditando que é na Educação que reside a riqueza de um Concelho, de um país...

ANEXO UM

...A nossa realidade escolar seria bem diferente!

Basta olharmos para os nossos concelhos vizinhos e verificamos que nenhum deles reúne infra-estruturas escolares comparáveis às nossas...

Contra factos não há argumentos!

Por todo o empenho que ao longo dos anos tem vindo a ser demonstrado, por quem tem feito da Educação a sua bandeira, só me resta dizer:

- Obrigado pela continuidade. Obrigado pelas instalações, pela qualidade de equipamento, materiais e pelo conforto. Pelo serviço prestado às famílias, que cada vez mais deixam os seus filhos entregues à Escola e às actividades que ela lhes proporciona. Obrigado por dar a este Concelho o que de melhor se faz em Educação!

Sei que, após este agradecimento, muitas serão as questões que se levantam. Uma delas, a que perguntará "se não existem problemas ao nível da Educação neste concelho", será, talvez, a mais forte...

E respondo: Claro que há. E de diferentes naturezas. Na sua maior parte, de naturezas tão diversificadas e com soluções que não passam apenas (ou sempre) pela intervenção autárquica. Mas, como sabem, às vezes dá um certo jeito imputar à Autarquia a responsabilidade individual da realização dos mesmos.

Mas é por isso que estamos e estaremos cá, para, em parceria e com a participação de todos, procurar soluções, tal como tem vindo a ser feito.

No papel que lhe compete, e em termos educativos, temos um Executivo atento, a dar continuidade a um trabalho efectivo de melhoria acentuada.

E esse trabalho: Vê-se!